

MAÇONARIA

Associações criadas no final do século XIX e início do XX, em contextos e locais diferentes, baseadas num conjunto de símbolos e ritos e num ideário geral de caráter universalista e humanista, em defesa da ideia de progresso e de aperfeiçoamento gradual da humanidade. Eram instituições reservadas ou secretas, que praticavam ajuda mútua e filantropia, com tendências políticas variadas e antagônicas. Organizaram-se a partir de hierarquias próprias, estabeleceram vínculos, enfrentaram conflitos ou isolaram-se entre si. Subsistiram até o fim da Primeira República.

PRIMÓRDIOS

A forma maçônica contemporânea surgiu na Inglaterra no século XVIII e expandiu-se rapidamente por vários países. Apesar dos indícios de que haveria maçons nascidos no Brasil e iniciados na Europa já no século XVIII, a existência de atividades maçônicas regulares só se comprovou no território brasileiro a partir de 1801, no Rio de Janeiro, segundo o testemunho de José Bonifácio de Andrada e Silva, que se tornaria o primeiro grão-mestre do Grande Oriente do Brasil (GOB) em junho de 1822, ocasião em que a entidade teve papel importante na articulação da Independência. Nesse período havia considerável quantidade de padres maçons. Ao longo do século XIX a maçonaria foi marcante para a criação de novos espaços de sociabilidade e ampliação das práticas de cidadania no Brasil: seus membros mantinham apoio ou faziam oposição aos governos imperiais, posicionando-se pró ou contra a abolição da escravidão e à forma republicana de governo.

Foram dirigentes maçons no período imperial nomes como Luís Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) e Paulino Soares de Sousa (visconde de Uruguai), além de republicanos como Saldanha Marinho e abolicionistas como José do Patrocínio. O conflito entre a Igreja católica e a maçonaria atingiu proporções intensas com a chamada Questão Religiosa na década de 1870, levando a um confronto entre a Coroa imperial e a Igreja, com repercussões no período republicano. Em 1888 o grão-mestre do GOB era João Alfredo de

Oliveira, chefe do gabinete ministerial que decretou a Lei Áurea. A maior parte dos maçons eram pessoas pouco conhecidas que viviam em capitais ou cidades do interior das províncias, como advogados, comerciantes, militares e funcionários.

As maçonarias estruturam-se em lojas (unidades de base) que, reunidas, formavam um Grande Oriente, uma Grande Loja ou Supremo Conselho, a depender dos ritos escolhidos e do perfil de atuação (simbólico ou filosófico). Seus membros formavam uma hierarquia fechada ao exterior e vertical internamente, que ascendia a partir de graus. Os graus básicos eram aprendiz, companheiro e mestre. Cada loja tinha sua própria hierarquia, na qual o posto de venerável era o mais alto. Cada agrupamento maior, como um Grande Oriente, também tinha seus postos hierarquizados, sendo superior o de grão-mestre.

OS MAÇONS E O PODER

Entre os 12 presidentes da Primeira República, oito foram maçons: Deodoro da Fonseca, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Venceslau Brás e Washington Luís. A filiação do marechal Floriano Peixoto, segundo presidente do Brasil, é polêmica entre os próprios maçons. Deodoro e Nilo Peçanha chegaram ao posto de grão-mestre do GOB.

O primeiro ministério do Governo Provisório era todo composto de maçons: Rui Barbosa (Fazenda), Quintino Bocaiuva (Transportes), Demétrio Ribeiro (Agricultura), Aristides Lobo (Interior), Benjamin Constant (Guerra), Campos Sales (Justiça) e Eduardo Wandenkolk (Marinha). A implantação de um Estado laico, separado da Igreja Católica, efetivada pela Constituição de 1891, era uma antiga reivindicação maçônica.

A presença de maçons foi expressiva nos cargos executivos estaduais. O exemplo mais nítido é o de São Paulo onde, dos 17 governantes na Primeira República, 13 foram maçons. O número de membros da maçonaria no poderes Executivo e Legislativo mostrou-se significativo no país durante todo o período, das esferas municipais à federal.

A denominação “República maçônica” no Brasil, apesar das evidências, não é

cabível, na medida em que não foi a maçonaria que nomeou tais autoridades, mas ao contrário, aqueles líderes políticos é que chegaram aos cargos por defenderem determinados interesses, fazerem alianças, participarem de movimentos, representarem idéias e projetos, terem prestígio, enfim, serem representativos de setores da sociedade.

A década final do século XIX e as iniciais do XX foram marcadas por uma expansão da atividade maçônica brasileira, que se explica tanto pelo processo de federalização das entidades, com abertura de novas lojas pelo país, quanto pela atração dos benefícios da proximidade entre a Ordem dos Pedreiros-Livres e o Estado nacional. É difícil contabilizar a presença exata da instituição na sociedade, devido à escassez de arquivos organizados, bem como ao surgimento, fusão, divisões e encerramento de diversas lojas espalhadas pelos estados brasileiros. Ainda assim, registram-se 244 lojas maçônicas entre 1886 e 1890, 280 entre 1891 e 1895, 497 entre 1896 e 1900, 615 entre 1901 e 1905, 553 entre 1906 e 1910, 507 entre 1911 e 1915 e 417 entre 1916 e 1920. Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram os estados com maior número de lojas.

As entidades maçônicas entrelaçaram-se, dentro de suas especificidades, ao debate federalismo/ centralização que ocorria na sociedade brasileira. Na busca de contemplar os interesses das maçonarias regionais, foi promulgada (1892) a primeira constituição maçônica da era republicana (“Constituição e regulamento geral do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil”), prevendo a criação de Grandes Lojas Estaduais federadas ao GOB. As primeiras Grandes Lojas instaladas foram as de São Paulo e da Bahia, no mesmo ano.

Entretanto, essa tendência de federalização institucional encontrou limites no próprio perfil concentrador de poder das instâncias centrais. Logo ocorreram desentendimentos internos, e em 1893 uma parte dos maçons se desmembrou do GOB, formando o Grande Oriente do Estado de São Paulo, independente do órgão central. Na esteira dos acontecimentos paulistas foram criados, no mesmo ano, o Grande Oriente e Supremo Conselho do Rio Grande do Sul, e em 1894, o Grande Oriente Mineiro, também desligados do GOB. Outro fator que descaracterizou a formação de uma “República

maçônica”, portanto, foram as divisões internas que enfraqueciam a entidade.

Além das disputas, a maçonaria possuía atividades congregadoras. Em 1912 criou-se uma Beneficência Maçônica, repartida em duas seções: Montepio e Assistência. Na ausência de procedimentos oficiais de previdência social, seu objetivo era conceder pensão a familiares de maçons falecidos, além de auxiliar financeiramente os confrades em dificuldade financeira. Entidades paramaçônicas, como Asilos de Mendicidade (no Ceará e no Maranhão) e Asilo de Órfãos (em São Paulo) surgiram no mesmo contexto. Ao lado do eclipse do envolvimento nas grandes causas políticas do século XIX, fortalecia-se, assim, a tendência de ajuda mútua e de filantropia, tão marcantes na maçonaria do século XX.

As divisões internas e posicionamentos da maçonaria, ainda que com dinâmicas próprias, relacionavam-se ao contexto nacional e internacional. Já no início Primeira Guerra, em 1914, o GOB lançou campanha pela neutralidade das nações não envolvidas no conflito, por meio do manifesto “Um apelo pró-paz”. Porém, com o desenrolar da guerra, a maçonaria brasileira, na linha da colaboração internacional entre confrades, começou a enviar ajuda financeira à maçonaria francesa, destinada ao socorro das vítimas da guerra. Em 1915, o governo francês agradecia ao GOB o recebimento da quantia de 10 contos de réis. Ocorreram também manifestações hostis ao mundo germânico – rompendo, assim, os propalados laços de fraternidade universal. Após a declaração do estado de guerra entre Brasil e Alemanha, o grão-mestre do GOB afirmou, em novembro de 1917, a “inconveniência” da presença de confrades nascidos no Império da Alemanha nas reuniões maçônicas enquanto durasse o estado de guerra.

Em determinados contextos, como na campanha presidencial de 1921, os maçons envolveram-se mais diretamente no embate político: muitas lojas engajaram-se na propaganda em favor do confrade Nilo Peçanha, uma vez que o outro candidato, o vencedor Artur Bernardes, representava um risco à maçonaria brasileira. Sabe-se que Bernardes não simpatizava com a Ordem dos Pedreiros-Livres e que, na contramão das políticas laicizantes da República, buscou sustentação política na aproximação com a Igreja Católica.

Uma expressiva realização maçônica foi a criação de escolas. Inicialmente o GOB exigiu a obrigatoriedade do ensino básico para todos os filhos de seus membros. Em seguida, a instituição passou a apoiar a implantação de colégios e cursos. Em 1922 havia 132 escolas maçônicas em todo país, atendendo a 7.030 alunos, bem como 22 bibliotecas mantidas pela instituição, abertas a qualquer pessoa interessada. A escolaridade promovida pela maçonaria inseria-se na múltipla perspectiva de ajuda mútua, filantropia, aperfeiçoamento gradual da condição humana através das *Luzes* do saber e, ao mesmo tempo, alternativa ao ensino confessional.

Nessa perspectiva entende-se a campanha movida por entidades maçônicas contra o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), quando este permitiu o ensino católico nas escolas públicas mineiras. Esse ato do governo estadual foi considerado um desrespeito à Constituição federal e contrário à liberdade de consciência dos brasileiros.

IDEOLOGIAS E CRENÇAS

A Igreja continuou a proibir o pertencimento de seus fiéis às maçonarias e até ameaçou-os de excomunhão, a exemplo do que já ocorria desde o século XVIII, conforme mostra o documento “Constituições para as províncias eclesiásticas meridionais do Brasil”, de 1915, cujas posições foram confirmadas pelo papa Bento XV dois anos depois.

Durante a Primeira República ocorreu verdadeira onda antimaçônica, expressa em campanha acirrada contra a Ordem dos Pedreiros-Livres, atribuindo-lhe práticas satânicas, pactos com o diabo, adoração de um ídolo em forma de bode, intenções tenebrosas nas reuniões secretas, entre outros estereótipos, aos quais se viriam juntar acusações de aliança em torno de um alegado complô judaico-maçônico-comunista internacional. Ainda que sem qualquer comprovação, tais afirmações ecoavam em variados setores da sociedade. Afirmavam os detratores, oriundos do pensamento católico conservador e das tendências autoritárias, que os maçons tramavam ocultamente para destruir todas as pátrias.

Além do *Boletim do Grande Oriente Brasileiro*, órgão oficial publicado desde

1871, havia um largo espectro de publicações periódicas explicitamente maçônicas espalhadas pelo país durante a Primeira República. Entre os títulos figuravam *A Virtude*, *Sigmaringa*, *A Verdade*, *O Mundo Maçônico*, *Fico*, *O Templo* e *O Progresso* (RJ); *O Combate* (CE); *O Pelicano* e *Ramo de Acácia* (PR); *Hiram* e *A Ordem* (SC); *O Oriente* e *O Templário* (SP). Existiam também publicações antimaçônicas – sem esquecer que tais embates ocorriam igualmente nas páginas dos principais órgãos da imprensa.

A maçonaria brasileira teve uma fase de aproximação com os ideais de um socialismo reformista a ser implantado pelas vias legais, da mesma forma que fora marcada pelo iluminismo, pelos liberalismos e pelo positivismo. Antônio Joaquim de Macedo Soares, ministro do Supremo Tribunal Federal e grão-mestre do GOB em 1892, defendeu o direito de greve dos trabalhadores e criticou o artigo 205 do Código Penal, que proibia “seduzir ou aliciar trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados sob promessa de recompensa”. Contra a exploração do trabalho, o alto dirigente maçom dizia acreditar “no dia da vitória da causa socialista”. Com o tempo, ficaria claro que tal perspectiva não era a da revolução proletária, nem do anarquismo, cujos movimentos eram habitualmente criticados pelos maçons, que propunham a busca da conciliação dos conflitos por meio de melhorias sociais. Após o entusiasmo inicial causado pela Revolução Russa de 1917, quando foram promovidas “conferências maçônico-socialistas”, o discurso pró-socialista foi desaparecendo do ideário da Ordem dos Pedreiros-Livres. Não se pode afirmar, portanto, a existência de uma ideologia maçônica, mas sim a apropriação (ou o embate diante) das tendências marcantes em cada momento histórico.

NOVOS DESAFIOS

Diante dos movimentos militares que contestavam a ordem política, a maçonaria brasileira teve atitudes ambíguas. Em 1922, seus dirigentes condenaram a rebelião de 5 de julho, apesar da notícia de que confrades dela haviam participado. Quando maçons foram presos por se terem envolvido no Revolução Paulista de 1924, o GOB reafirmou a defesa da ordem pública contra qualquer ação ilegal. Ao mesmo tempo, as instâncias maçônicas

não assumiram postura rígida de crítica a seus membros que participaram desses levantes armados. No caso de 1922, a instituição argumentou que não haveria punição interna para os membros que se rebelaram, uma vez que “é princípio absoluto em maçonaria não considerar delito maçônico o crime político”; dois anos depois, a Ordem dos Pedreiros-Livres forneceu ajuda à famílias de maçons perseguidos e até ajudou a esconder alguns da repressão.

O maior cisma maçônico do período republicano ocorreu em 1927. Havia, até então, uma equilibrada repartição de poderes. Enquanto o GOB era responsável por gerir os graus básicos e simbólicos da hierarquia à qual pertenciam seus membros, o Supremo Conselho do Brasil se encarregava dos graus mais altos, chamados de filosóficos. Porém o GOB acabou centralizando mais poderes e relegando o Supremo Conselho a posição secundária. Foi quando Mario Behring, grão-mestre do GOB até 1925, se manteve à frente do Supremo Conselho e convocou os maçons a separarem-se do outro órgão central. Resultou daí a Confederação Maçônica Simbólica do Brasil, composta das Grandes Lojas estaduais e seguidoras do Rito Escocês Antigo e Aceito (tradicionalmente seguido pela instituição), apoiando o Supremo Conselho e contrapondo-se aos Grandes Orientes estaduais federados, ligados ao GOB.

No final dos anos 1920 desenhou-se uma crise da própria maçonaria brasileira: ampliaram-se os ataques conservadores, sobretudo católicos, e foi com dificuldade em manter-se coesa que a instituição se viu diante da Revolução de 1930. Encerrava-se a Primeira República e, conseqüentemente, o ciclo intermitente de presidentes maçons e de proximidade com o governo. Todos esses acontecimentos indicavam o esgotamento do modelo de sociabilidade maçônica, que, até então, fora capaz de conferir à instituição um peso considerável na esfera política.

Marco Morel

FONTES: BARATA, A. *Luzes*; MOREL, M.; SOUZA, F. *Poder*; VÉSCIO, L.
Crime.